PARECER	:	**PAR-AUDITORIA-16686/2013**
PROCESSO TC/MS	:	**TC/11257/2013**
PROTOCOLO	:	**1430007**
ÓRGÃO	:	**AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
RESPONSÁVEL	:	**MIRIAM APARECIDA PAULATTI**
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	**DIRETORA PRESIDENTE E ORDENADORA DE DESPESAS**
ASSUNTO DO PROCESSO	:	**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2012**
RELATOR	:	**CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO**

I – PREÂMBULO

1 – O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE**, sob o nº **TC/11257/2013**, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL– MS**, inerente ao exercício financeiro de **2012**, de responsabilidade da gestora **senhora Miriam Aparecida Paulatti**, ressaltando-se que esta Prestação de Contas Anuais de Gestão foi elaborada sob a égide da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de **2011**, que aprovou o Manual de Remessa de Informações, alterada pela Instrução Normativa nº 36, de 06 de Junho de 2012, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012.

2 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o **art. 1º** da **Portaria TC/MS nº 2/2012** c/c o **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160/2012.

3 – A 6ª ICE, após verificar os autos, exarou a Análise Processual n.º **"ANP - 6ICE - 5926/2013",** "Peça nº 23 e.TCE", constatando a necessidade de proceder diligência junto à Agência Estadual em epígrafe, diante das irregularidades detectadas na Prestação de Contas apresentada a esta Corte de Contas.

4 – O interessado, devidamente notificado, na forma regimental, compareceu nos autos através do Ofício n.º 322/2013, de 30/10/2013, apresentando nova documentação juntamente com suas alegações a respeito dos fatos noticiados pela diligente 6ª ICE, no intuito de sanar as falhas detectadas pela Inspetoria na Prestação de Contas em exame.

5 – Após o retorno do processo à 6ª ICE, esta reexaminou a Prestação de Contas e verificou os documentos apresentados pelo interessado, em virtude da execução da diligência, vindo a concluir pela **APROVAÇÃO** destas Contas, conforme se vê ao final da Análise Conclusiva n.º **"ANC - 6ICE - 16902/2013"**, à "Peça 33 e.TCE", como segue:

> ***"7 – CONCLUSÃO***
>
> *Diante de todo exposto, somos de opinião de que a presente Prestação de Contas de Gestão da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul –AGEHAB, referentes ao exercício de 2012, sob a responsabilidade da Senhora Miriam Aparecida Paulatti* ***REÚNE CONDIÇÕES SATISFATÓRIA DE RECEBER A APROVAÇÃO*** *nesta Corte de Contas."*
>
> ***(Grifamos)***

6 – No mesmo sentido foi o posicionamento exarado pelo Douto Procurador de Contas, Sr. Terto de Moraes Valente, que se manifestou nos autos do processo por meio do Parecer nº **"PAR-MPC - GAB.6 DR.TMV-16137/2013",** à Peça 35 e.TCE, emitindo conclusão pela **APROVAÇÃO** destas Contas, como segue:

> *"Ante o exposto, tendo sido observada a legislação pertinente, esta Procuradoria de Contas se pronuncia no sentido de que o Egrégio Plenário desta Corte de Contas julgue a presente Prestação de Contas da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul/MS, como* ***CONTAS REGULARES****."*

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

7 – Esta Auditoria, considerando a vigente ordem legal e demais legislações pertinentes e, em cumprimento ao **Artigo 1º** da **Portaria TC/MS nº 02/2012**, que regulamentou o disposto no **Inciso III**, do **Artigo 14** da Lei Complementar Estadual nº **160/2012,** bem como as normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública pode constatar na extensão do exame de auditoria que na avaliação do Calendário das Obrigações; do Aspecto Processual de Instrução; da Execução Orçamentária da Receita e Despesa; da Autorização e Abertura dos Créditos Adicionais e suas respectivas Fontes de Recursos; e da consistência dos registros contábeis, **NADA FOI ENCONTRADO DE IRREGULAR**, razões pelas quais corrobora com o posicionamento da Equipe Técnica da Inspetoria de Controle Externo - ICE.

7.1 – A AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos próprios regimentais, conforme dispõe o art. 21 do Provimento nº 01/1999 da Corregedoria deste Tribunal de Contas e pelo Sistema de Controle Interno, na forma do art. 75 da Constituição Estadual de 1989.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

8 – Diante do exposto e considerando tudo que consta do processo e pelas razões expostas no **item 7** da **Parte II – EXAME DA AUDITORIA** deste parecer, esta Auditoria, **opina** de forma conclusiva que o Tribunal Pleno **julgue** estas Contas **considerando-as** como **REGULARES,** com fundamento no que reza o **inciso I** do **Artigo 59** da Lei Complementar Estadual nº 160/2012.

9 – O parecer ora exarado foi fundamentado no exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades porventura encontradas por meio de processos próprios regimentais.

É o parecer.

Campo Grande, 25 de Novembro de 2013.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
AUDITOR TCE/MS